

A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NOS ATENTADOS DA FRANÇA E AS MEDIDAS EXCECIONAIS NO GOVERNO HOLLANDE

Víctor Santos Mendes | Lara Góes

INTRODUÇÃO

No dia 7 de janeiro de 2015, a sede da revista satírica *Charlie Hebdo* foi alvo de ataques terroristas que deixaram 12 vítimas fatais¹. A revista francesa é famosa pelo seu jeito informal de levar notícias ao público². Ainda em 2006, uma versão da revista imprimiu caricaturas do profeta Maomé, símbolo religioso do islamismo, que proíbe a utilização de imagens do tipo³. Cinco anos mais tarde, em 2011, a revista foi alvo de ataques terroristas após publicar uma versão com o nome de «Charia Hebdo» – fazendo menção à sharia, a lei islâmica –, da qual o profeta Maomé seria o «Editor»⁴. Dessa forma, o ataque de 2015 contra a sede da revista em Paris não foi o primeiro incidente dessa natureza.

Nesse contexto, a capital francesa, assim como as demais cidades da França, foram ocupadas por cerca de quatro milhões de manifestantes, os quais, além de demonstrarem solidariedade à revista e vítimas do incidente, protestavam por liberdade de expressão, já que os atentados terroristas foram vistos como uma «punição» à revista pelas suas publicações satíricas⁵.

As ameaças terroristas jihadistas vêm sendo, principalmente desde os atentados de 11 de setembro de 2001 contra território norte-americano, um dos tópicos mais caros aos debates políticos da era moderna⁶. Dessa forma, mais especificamente a partir de 2001, as democracias

RESUMO

Este artigo analisa a securitização do terrorismo jihadista no contexto dos atentados contra o território francês em 2015, com o objetivo de verificar como esse processo garantiu o apoio parlamentar e da opinião pública para a adoção de medidas restritivas de liberdades individuais pelo Governo de François Hollande. Conclui-se que o então Presidente francês classifica o terrorismo como uma ameaça existencial à França e trata a segurança como uma «condição» dos direitos humanos, garantindo assim apoio para adoção de medidas restritivas.

Palavras-chave: securitização, terrorismo, França, medidas excecionais.

ABSTRACT

THE SECURITISATION OF TERRORISM IN THE ATTACKS IN FRANCE AND THE EXCEPTIONAL MEASURES OF HOLLANDE'S GOVERNMENT

This article analyses the securitization of jihadist terrorism within the context of the attacks against French territory in 2015, aiming to

show how this process guaranteed the support from the parliament and the public opinion for the adoption of restrictive measures of individual rights by François Hollande's government. The research finds that the former French president categorizes terrorism as an existential threat to France and security being a prerequisite to human rights, which gave him support for the adoption of restrictive measures.

Keywords: securitization, terrorism, France, exceptional measures.

liberais avançaram significativamente suas ferramentas de informação e vigilância, as quais levaram, consequentemente, a um aumento das medidas governamentais invasivas e restritivas de liberdades individuais⁷. Com isso, segundo Ariane Bogain, autores vêm verificando práticas prejudiciais aos direitos individuais por regimes democráticos⁸.

Assim, a sequência de atentados de 13 de novembro de 2015 (13/11) na capital francesa e arredores, os quais são por vezes comparados ao 11 de Setembro⁹, pode ser vista como mais um incidente terrorista, contra uma democracia liberal, que acarretou medidas opressivas dos

direitos individuais. Entre as reações do Governo francês, uma das medidas de maior relevância foi a adoção de um regime de exceção de estado de emergência, o qual concedeu maiores poderes a diferentes autoridades francesas¹⁰, possibilitando restrições na liberdade de reunião e anulação da necessidade de mandados para busca de pessoas e bens¹¹, gerando assim preocupações entre diferentes organizações sobre possíveis restrições de liberdades individuais.

Entretanto, apesar das regras excepcionais do regime de exceção adotado, o mesmo foi estendido seis vezes pelo Parlamento francês¹², com apoio majoritário de políticos e da opinião pública¹³, tendo assim durado pouco menos de dois anos, período no qual não foram registrados protestos ou quaisquer reações da população francesa às restrições de direitos individuais consequentes desse regime de exceção. Vale lembrar que, por outro lado, imediatamente após o ataque contra a revista Charlie Hebdo, em janeiro de 2015, protestos tomaram as ruas da França a favor da liberdade de expressão.

Com isso, o presente artigo parte do seguinte problema: como a população francesa aceitou as restrições de liberdade individual provenientes do estado de emergência adotado após os ataques de 13/11? Dessa forma, a hipótese é que o Governo francês foi capaz de, através do «ato de fala», securitizar o terrorismo jihadista, ou seja, classificá-lo como ameaça existencial à França, que teria sua segurança garantida apenas através de medidas extraordinárias, como um regime de exceção, portanto, através da adoção de práticas restritivas de liberdades individuais da população francesa.

Para compreender a atuação do Estado Islâmico (EI) até a coordenação dos ataques em sequência na noite de 13/11 contra a capital francesa foi adotada a metodologia de estudo de caso para coletar dados a respeito dos atentados terroristas em questão e assim detalhar as reações do Governo francês diante dos incidentes daquela noite¹⁴. Em seguida, foi feita a análise contextual dos discursos de François Hollande quando, após os atentados terroristas de novembro de 2015, o então Presidente francês implementou medidas que vieram a restringir direitos e liberdades do povo francês.

A FRANÇA COMO ALVO ATÉ 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Os ataques perpetrados pelo EI¹⁵ em 13 de novembro de 2015 (13/11) contra a capital francesa foram os mais fatais sofridos pela França desde a Segunda Guerra Mundial¹⁶.

Além disso, por terem produzido um elevado número de vítimas, foram designados por alguns como «o 11/9 da França»¹⁷. Entretanto, para compreender tais eventos, é necessário perpassar algumas mudanças nos objetivos do grupo ao longo do tempo.

O EI, também conhecido como Daesh¹⁸, surgiu como um braço da Alcaida ainda na década de 1990, tendo relações pragmáticas e não oficiais com o grupo de Osama bin Laden até 2004¹⁹. A relação objetiva entre os grupos se deu, em parte, devido a divergências na interpretação da jihad por seus líderes²⁰. Al-Zarqawi, o primeiro líder do que veio a ser conhecido mais tarde como Estado Islâmico, entendia que os primeiros inimigos a serem enfrentados antes da fundação de um califado eram os governos locais, conhecidos como «inimigos próximos»²¹, enquanto a Alcaida voltava seus esforços para ataques contra os próprios Estados Unidos –, o «inimigo distante» – com o objetivo de dissuadir e desincentivar os americanos a apoiarem governos no Oriente Médio, os quais ficariam mais vulneráveis para serem destituídos, em seguida, pelos jihadistas²². A troca de líderes ao longo do tempo levou a mudanças nos objetivos do grupo, como por exemplo adotando visões para além das fronteiras originais de atuação do EI²³. Sob controle de Abu Bakr al-Baghdadi, em 2014 o grupo teve uma de suas primeiras operações militares, a qual expandia os territórios controlados pelo EI, objetivando apagar a fronteira internacionalmente reconhecida entre o Iraque e a Síria que, segundo a organização terrorista, foi arbitrariamente imposta pela Grã-Bretanha e pela França após a queda do Império Otomano²⁴.

Nesse diapasão, ficava claro que o EI já colocava em prática ações que de alguma forma representavam afrontas, ainda que indiretas, a potências ocidentais, entre elas a França, além de expandir seu domínio territorial no Iraque e na Síria. Junto a isso, para o grupo, o secularismo francês era sinônimo de «ignorância» em relação à orientação divina e por isso o Estado francês deveria ser extinto²⁵.

Poucos meses mais tarde, em agosto de 2014, os Estados Unidos anunciaram o início de ataques aéreos em parceria com diversos países – entre eles a França – e instituições internacionais contra territórios iraquianos sob domínio do EI, expandindo a operação contraterrorista para a Síria no mês seguinte²⁶. Uma intensificação dos ataques aéreos da coalizão norte-americana se deu em 2015, quando mais de oito mil ataques aéreos foram realizados no Iraque e na Síria²⁷, o que gerou perdas relevantes – de território, financeiras e de contingente – ao EI²⁸.

Tal cenário de perdas significativas sofridas pelo grupo terrorista levou o comando do EI a efetuar mudanças estratégicas, tornando as ações do grupo mais voltadas para o

OS ATAQUES PERPETRADOS PELO EI EM 13 DE NOVEMBRO DE 2015 CONTRA A CAPITAL FRANCESA FORAM OS MAIS FATAIS SOFRIDOS PELA FRANÇA DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

terrorismo internacional, ou seja, com uma perspetiva mais global do que em períodos anteriores, a fim de preservar «sua relevância e proeminência dentro do “cenário jihadista global”»²⁹. Dessa forma, e segundo o Wilson Center, em 2015 o grupo expandiu sua atuação internacional a pelo menos oito países através de uma rede de organizações terroristas afiliadas, enquanto o Global Terrorism Index 2016 aponta para um aumento de afiliados do EI para 28 países em 2015, os quais estavam em 13 países no ano anterior³⁰. Assim, de acordo com Fonseca e Lasmar, a nova estratégia do grupo acarretou um número relevante de ataques (50) e fatalidades (mil civis) fora do cenário original do EI (Iraque e Síria), com ataques, por exemplo, na França, na Bélgica, na Turquia e na Indonésia³¹. Isso é confirmado pelo Institute for Economics and Peace, que aponta para ataques do EI em pelo menos 11 países, comparado a seis em que a organização terrorista teve atuação no ano anterior³².

Nesse contexto, o envolvimento da Turquia na coalização liderada pelos Estados Unidos de combate ao EI representou uma redução significativa do fluxo de combatentes estrangeiros (*foreign fighters*) com o objetivo de se juntarem ao EI, visto que o território turco era parte essencial de uma das principais rotas de combatentes estrangeiros para a Síria³³. Assim, a maior dificuldade de chegar aos territórios controlados pelo grupo e as perdas sofridas pelo EI poderiam levar combatentes estrangeiros a retornarem aos seus países de origem, o que possivelmente veio a contribuir com a nova estratégia, de cunho global, da organização terrorista³⁴.

De acordo com Gilles Kepel, a ocorrência de eventos jihadistas se intensificou após a proclamação do Califado pelo EI no verão de 2014³⁵, como citado anteriormente, a qual foi seguida de ataques aéreos da coalização internacional liderada pelos Estados Unidos em agosto do mesmo ano³⁶. Assim, ao longo do ano de 2015 a França foi vítima de ataques terroristas de escala significativa. Em janeiro de 2015 o país testemunhou ataques contra a sede da revista satírica *Charlie Hebdo* e contra o supermercado kosher Hypercacher, mais tarde, em 13 de novembro do mesmo ano, a capital francesa sofreu atentados em sequência durante a noite de sexta-feira 13/11³⁷.

Os primeiros eventos em 13 de novembro foram duas explosões nos arredores de Paris, mais especificamente em torno do Stade de France, que recebia um amistoso entre a França e a Alemanha, onde dois terroristas cometeram suicídio com explosivos após não conseguirem entrar no estádio³⁸. Acredita-se que a sequência de incidentes daquela noite foi orquestrada por três grupos de pessoas coordenados entre si³⁹. Portanto, enquanto isso, no intervalo de cerca de vinte minutos, outros seis estabelecimentos são atacados em diferentes pontos da cidade⁴⁰. Por fim, três jihadistas entraram armados na casa de espetáculos Bataclan atirando contra a plateia, vitimando e ferindo dezenas de pessoas⁴¹. Enquanto algumas vítimas conseguiram fugir por saídas de emergência, outras foram feitas reféns e liberadas aproximadamente às 00:20 por forças especiais de segurança⁴². Os ataques terroristas dessa noite deixaram cerca de 130 mortos e outras centenas de feridos e foram perpetrados por combatentes estrangeiros franceses que retornaram

meses antes de territórios controlados pelo EI, o que corrobora que o grupo se valeu do retorno desses indivíduos à França, país ocidental com mais cidadãos «servindo» no EI como *foreign fighters*⁴³.

Durante o incidente no Bataclan, terroristas «justificaram» a ação a partir de intervenções francesas na Guerra da Síria, o que também foi testemunhado pelos reféns enquanto em posse dos terroristas na casa de espetáculos⁴⁴. Ademais, ao assumir a autoria dos ataques na capital francesa no dia seguinte aos incidentes, o EI ameaçou realizar eventos similares caso os ataques aéreos contra territórios controlados pelo grupo continuassem, mais uma vez justificando as atrocidades realizadas em Paris⁴⁵.

AS REAÇÕES DO GOVERNO FRANCÊS

Três dias de «luto nacional» e a implementação imediata de um «estado nacional de emergência» foram as primeiras reações oficiais do Governo de François Hollande, que assistia à partida da seleção francesa e foi evacuado após a segunda explosão nos arredores do Stade de France⁴⁶. No dia seguinte aos ataques, no primeiro pronunciamento oficial do chefe do poder executivo francês, após reunião com o seu Conselho de Defesa, Hollande foi duro em relação aos eventos de 13/11, classificando-os como «um ato de guerra preparado e planejado no exterior, com cumplicidade de dentro do país»⁴⁷.

Passados os três dias de «luto nacional», algumas medidas foram anunciadas por François Hollande com o objetivo de fazer frente à ameaça terrorista, como: estender o estado de emergência por três meses além do período inicial; aumentar o contingente das forças de segurança através de contra-

tações de policiais e pessoal dos serviços de informações e controle de fronteira, além de aumentar os poderes das forças armadas no cenário doméstico francês; intensificar os ataques militares contra territórios do EI e aumentar o orçamento militar francês; privar cidadãos franceses, que possuam dupla nacionalidade, da sua cidadania francesa⁴⁸. Vale ressaltar que entre essas medidas – que necessariamente não esgotam as reações do Governo francês – nem todas serão analisadas especificamente, visto que o objetivo aqui é apontar prejuízos às liberdades civis dos franceses gerados por reações do Governo no pós-13/11.

O regime de «estado de emergência», implementado pelo Governo francês e estendido inicialmente por três meses, recebe grande atenção quando o assunto é a restrição de liberdades individuais. Esse é um estado de exceção em que as autoridades – como o ministro do Interior francês e os prefeitos das cidades francesas – têm seus poderes significativamente expandidos⁴⁹. As exceções impostas pelo estado de emergência em relação às liberdades individuais são divididas entre: 1) restrições na liberdade de reunião;

O REGIME DE «ESTADO DE EMERGÊNCIA»,
IMPLEMENTADO PELO GOVERNO FRANCÊS
E ESTENDIDO INICIALMENTE POR TRÊS MESES,
RECEBE GRANDE ATENÇÃO QUANDO O ASSUNTO
É A RESTRIÇÃO DE LIBERDADES INDIVIDUAIS.

e 2) anulação da necessidade de mandados para busca de pessoas e bens. Assim, as autoridades anteriormente citadas podem

«ordenar que pessoas sejam colocadas em prisão domiciliar, solicitar buscas sem necessidade de mandado a qualquer hora (dia ou noite), proibir reuniões, desmanchar associações, aprovar toques de recolher, e ordenar o fechamento temporário de locais públicos»⁵⁰.

Dessa forma, com o estado de emergência em vigor – o qual foi estendido outras vezes com aprovação majoritária do parlamento francês⁵¹ e com boa popularidade entre a opinião pública⁵², tendo apoio de 74% dos entrevistados por um canal francês – decisões administrativas, como por exemplo prisões domiciliares, passaram a ser tomadas ainda que com poucas evidências, baseadas em dados imprecisos dos serviços de informações e até gerando questionamentos sobre possível arbitrariedade⁵³. No mesmo sentido, as decisões de buscas sem mandados da autoridade judiciária, que segundo Bozinovic é «guardiã da liberdade do indivíduo»⁵⁴, também passaram a representar preocupações em relação às liberdades fundamentais, acarretando críticas de diversas organizações e de relatores especiais da Organização das Nações Unidas⁵⁵.

Ainda segundo Boutin e Paulussen, tais preocupações se referem ao grande problema de os poderes excepcionais do estado de emergência serem utilizados para questões que não possuem relação com a ameaça iminente que justificou a implementação desse regime. Um exemplo disso são as buscas sem mandados⁵⁶.

Dentre as 3289 buscas administrativas feitas até ao dia 3 de fevereiro de 2016, pouco menos de três meses após os atentados de 13/11, foram registrados 28 crimes com alguma ligação com terrorismo. Destes, apenas cinco foram encaminhados para a autoridade judicial francesa competente para lidar com questões de antiterrorismo e os demais (23) tratados como crime de justificar ou incitar atos terroristas. Ademais, as preocupações se estendem a excessos cometidos durante as buscas, como violências físicas e psicológicas⁵⁷. Os objetivos do estado de emergência também foram extrapolados quando utilizados em maio de 2016 para restringir indivíduos de se juntarem a uma espécie de manifestações contra as reformas trabalhistas⁵⁸.

Enquanto isso, o aumento do contingente de forças policiais e militares no território francês se deu, mais especificamente, através da operação Sentinelle, quando dez mil militares das forças armadas e 4500 policiais foram colocados nas ruas, principalmente para proteger locais mais propensos a ataques terroristas⁵⁹. Nesse diapasão, de acordo com Beydoun, o Governo francês destinou cerca de 2500 policiais para reforçar a vigilância em comunidades muçulmanas, as quais se localizam frequentemente em subúrbios pobres da França, que possuem muitas mesquitas, centros culturais muçulmanos, escolas e mercados halal⁶⁰.

O aumento da vigilância em território francês, que se deu logo após os atentados contra a revista satírica *Charlie Hebdo* e se prolongou no período pós-13/11, permitiu grampear telefones e e-mails sem autorização prévia das autoridades judiciares, além de autorizar também o monitoramento prolongado de instituições muçulmanas⁶¹. Consequentemente, a medida provocou um foco desproporcional das autoridades contra a população e instituições muçulmanas, realizando buscas de certa forma arbitrárias sob presunção da prática de radicalização por esses alvos⁶².

Os poderes excepcionais do estado de emergência renderam também o fechamento de cerca de 20 mesquitas e/ou locais de oração que estavam sob suspeita de radicalização de indivíduos⁶³. Entretanto, segundo o presidente da mesquita Lagny-sur-Marne, em Paris, conforme informado em relatório da Aministia Internacional, o fechamento da instituição, que se estendeu até ao fim do regime de estado de emergência – quase dois anos após os atentados de 13 de novembro de 2015 –, ocorreu antes mesmo de passar por buscas das autoridades francesas⁶⁴.

Dessa forma, verifica-se que os atentados de 13/11 acarretaram a adoção de medidas excepcionais invasivas e restritivas das liberdades individuais, mantendo a «regra» do que vem ocorrendo, principalmente nos tempos modernos, para enfrentar a ameaça terrorista, como ressalta Bogain⁶⁵. Porém, apesar de permitir medidas que claramente restringiram liberdades individuais, além de atuar extrapolando o motivo pelo qual foi aprovado, o prolongamento da vigência do regime de estado de emergência foi deferido pelo Parlamento francês seis vezes, terminando apenas em 1 de novembro de 2017, poucas semanas antes de completar dois anos dos ataques terroristas que o motivaram⁶⁶.

Entretanto, em nenhum momento desse período a população francesa demonstrou resistência diante de tais restrições de liberdade, apesar de protestos a favor da liberdade de expressão terem tomado ruas francesas meses antes, após ataques terroristas contra a revista satírica *Charlie Hebdo*, como citado anteriormente.

Com isso, busca-se na próxima seção explorar como as restrições de liberdade provenientes do estado de emergência não foram contestadas pela população francesa, permitindo ao Governo de François Hollande garantir a vigência de tais regras excepcionais durante quase dois anos com determinada «revelia» do seu povo.

EM NENHUM MOMENTO DESSE PERÍODO
A POPULAÇÃO FRANCESA DEMONSTROU
RESISTÊNCIA DIANTE DE TAIIS RESTRIÇÕES
DE LIBERDADE, APESAR DE PROTESTOS A FAVOR
DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO TEREM TOMADO
RUAS FRANCESAS MESES ANTES.

A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO E A ADOÇÃO DE MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS

De acordo com Bozinovic, o estado de emergência é um regime de exceção que se divide em duas formas e/ou etapas: uma real (militar) e outra fictícia (política). Segundo o mesmo autor, o estado de emergência implementado na França após os ataques terroristas perpetrados pelo EI em 13 de novembro de 2015 alcançou a última perspetiva,

um caráter político, a partir de janeiro de 2016, pouco antes de ser prorrogado por mais três meses em fevereiro do mesmo ano⁶⁷.

Às vésperas do vencimento do estado de emergência, enquanto François Hollande apontava para um nível ainda alto da ameaça terrorista, o líder de seu partido chamou atenção, naquele momento, para a possível reação «negativa» do povo francês caso um atentado ocorresse após o fim do regime de exceção em vigor. Para Bozanic, nesse contexto, o estado de emergência, ao contrário do seu objetivo, passou a ser utilizado como uma ferramenta política, sendo o seu prolongamento apenas uma forma de evitar possíveis críticas ao Governo caso não adotasse as medidas mais rigorosas para evitar um potencial ataque terrorista no futuro⁶⁸.

Com isso, nesse momento, aparentemente o propósito passava a ser, através de uma retórica de medo sobre possíveis futuros atentados, prolongar o estado de emergência ou até mesmo normalizar os poderes excepcionais provenientes desse regime de exceção, como se apenas com estas regras extraordinárias fosse possível evitar novos ataques, enquanto, na verdade, o estado de emergência tem como objetivo, através de um período de exceção – que não se torne regra – combater uma ameaça iminente⁶⁹.

Nesse sentido, Bogain aponta para um paradigma de segurança que, visando aumentar os níveis de segurança, gera uma tendência de consentimento a regras excepcionais⁷⁰. Ou seja, «o desejo de aumentar a segurança levou a uma percepção acentuada e construção de ameaças à segurança, abrangendo campos cada vez mais amplos, em uma tentativa de rastrear terroristas e terroristas em potencial»⁷¹. Dessa forma, as estratégias de comunicação passam a ser extremamente relevantes para justificar a necessidade e a implementação de medidas que restrinjam direitos, além da importância de, com os discursos, também garantir a concordância da população⁷².

AO LONGO DO ANO DE 2015, O COMBATE
AO TERRORISMO SE TORNOU UMA DAS MAIORES
PRIORIDADES PARA OS FRANCESES.

Ao longo do ano de 2015, o combate ao terrorismo se tornou uma das maiores prioridades para os franceses. Em uma pesquisa realizada ainda em 2010, apenas 52% dos franceses consideraram o risco do terro-

rismo, número que subiu para 93% quando a mesma foi repetida após o ataque contra a revista satírica *Charlie Hebdo* e para 98% após os ataques de 13 de novembro⁷³. Consequentemente, o Governo de François Hollande adotou discursos convictos de que o país se encontrava «em guerra» contra o terrorismo, garantindo posturas rígidas e eficazes contra a ameaça. Assim, Bogain entende que o chefe do poder executivo francês buscava justificar as medidas adotadas pelo seu Governo – ainda que prejudiciais a liberdades individuais dos franceses –, além de torná-las necessárias e adequadas, aos olhos da população, para fazer frente à ameaça de então⁷⁴.

Sendo assim, para Bogain o discurso de Hollande se baseou em duas idéias: na «segurança como base dos direitos humanos» e na «ameaça extrema» sob a qual se encontrava o país. Com isso, classificando a segurança como uma «condição» dos direitos humanos,

além de considerar intensa as ameaças à França, o então Presidente francês demorava, através da fala, a necessidade e pertinência das medidas naquele contexto⁷⁵. Junto a isso, Hollande também resgatou uma denominação antiga da República Francesa de «terra dos direitos humanos», o que legitimava ainda mais as práticas adotadas após os ataques de 13/11 para garantir a segurança da população, já que, como elaborado em suas palavras, a segurança é uma «condição» dos direitos humanos.

Ademais, François Hollande, em discursos no pós-13/11, também assegurou a legitimidade das medidas adotadas pelo seu Governo ao declarar em nome dos cidadãos franceses, que eles «esperam» que as instituições governamentais ajam para protegê-los, mas uma vez visando justificar suas medidas. Ainda segundo Bogain, Hollande também assumiu o caráter restritivo do estado de emergência. Entretanto, segundo o então Presidente francês, a adoção dessas regras permitiria aos franceses retomarem todos os meios para reestabelecerem as liberdades⁷⁶. Ou seja, mais uma vez fundamentando a adoção de práticas tão prejudiciais aos direitos individuais dos franceses.

Tendo justificado a adoção de medidas para garantir a segurança do povo francês, como por exemplo o estado de emergência, a outra frente do discurso de François Hollande estava em reforçar a ameaça premente em que se encontrava o país, o qual sofreria com novos incidentes terroristas caso as medidas adotadas pelo Governo não tivessem sido implementadas. Para isso, Hollande se valeu de um discurso que ressaltou os diversos ataques contra o território francês, caracterizando-os como «únicos» e «sem precedentes», além de o termo «guerra» ter sido repetido 15 vezes no discurso do então Presidente diante do congresso francês, quando declarou que o país estava «em guerra»⁷⁷.

Nesse contexto do pós-13/11, François Hollande ainda frisou o caráter onipresente do terrorismo, de poder produzir incidentes a qualquer momento e em qualquer lugar, o que segundo Crenshaw gera incerteza na população e alavanca a percepção da ameaça do fenômeno terrorista, que tem tanto valor, já que «o aspecto subjetivo da ameaça é tão importante quanto seu aspecto objetivo» e nesse caso foi essencial para garantir, aos olhos da população francesa, a legitimidade das medidas adotadas pelo Governo de Hollande⁷⁸.

Portanto, tendo em vista o que se verificou sobre a prática discursiva de François Hollande no período após os incidentes de 13/11 em Paris e arredores, entende-se que o Governo francês buscou securitizar o terrorismo jihadista, ou seja, apresentá-lo como ameaça existencial ao povo francês para assim justificar e garantir consentimento dos franceses em relação às medidas emergenciais de caráter de exceção.

O processo de securitização consiste, especificamente, no «estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma relevância suficiente para gerar efeitos políticos substanciais»⁷⁹. Em outras palavras, se trata de um processo em que um representante do Estado – apesar de, segundo autores como Barry Buzan, algo também poder ser securitizado por outras instituições que não o Estado⁸⁰ –, através do «ato de fala», classifica como ameaçada a existência de determinado objeto e a partir daí reivindica

o direito de enfrentar a situação de maneira extraordinária, adotando medidas excepcionais, como foi o caso das reações do governo francês após os atentados de 13/11.

Logo, securitização consiste apenas em um estágio avançado da politização. Algo politizado se encontra entre políticas públicas e faz parte da tomada de decisão do Governo, enquanto no estágio de securitização o Estado classifica determinado problema como ameaça existencial, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, para Ole Wæver a segurança é sempre articulada a partir das instituições governamentais, visando atender aos interesses da elite, apesar de tentarem transparecer que as tomadas de decisão em segurança independem dos interesses desses indivíduos e visam atender unicamente o povo⁸¹.

Com isso, temos ainda mais bem fundamentada a idéia de que o Governo de François Hollande se valeu do processo de securitização. Primeiramente, entende-se que o terrorismo jihadista já é politizado no país há algum tempo, tanto devido aos atentados de 11 de setembro de 2001, a partir dos quais as democracias liberais passaram a adotar diversas medidas antiterroristas e contraterroristas⁸², mas também devido aos atentados que acometeram o país no início de 2015. Já a partir dos incidentes terroristas de 13/11, os discursos de Hollande, como ressaltado ao longo dessa seção, colocaram o terrorismo claramente como uma ameaça existencial à França, justificando a adoção de medidas restritivas de direitos e liberdades individuais como é o caso do estado de emergência. Ademais, vale lembrar que esse processo de securitização foi feito por representantes do Estado, como é o caso de François Hollande, estando de acordo com o que aponta Wæver sobre a articulação da segurança, que se dá a partir das elites⁸³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do analisado e desenvolvido ao longo deste artigo, em primeiro lugar vale lembrar que, após o ataque terrorista contra a revista satírica *Charlie Hebdo*, cerca de quatro milhões de pessoas saíram às ruas francesas para protestar a favor da liberdade de expressão, visto que o incidente terrorista foi entendido como uma forma de intimidar a revista francesa pelas suas publicações. Por outro lado, meses mais tarde, a adoção de medidas restritivas de direitos e liberdades individuais pelo Governo de François Hollande após os atentados de 13/11, não acarretou questionamentos similares da população.

As medidas adotadas pelo então Presidente Hollande permitiam práticas excepcionais, expandindo os poderes das autoridades francesas, como do Ministério do Interior e das prefeituras francesas, como é o caso do regime de estado de emergência. Segundo Bozinovic, esse regime de exceção se divide em duas frentes, permitindo restrições na liberdade de reunião, além de anular a necessidade de mandados para busca de pessoas e bens, sendo excluída a atuação do juiz competente para verificar possíveis violações de liberdades individuais⁸⁴.

Consequentemente, preocupações passaram a ser apontadas por organizações, inclusive internacionais, em relação a como os poderes provenientes do estado de emergência estavam sendo utilizados, os quais inclusive impossibilitaram os franceses de protestarem contra as reformas trabalhistas. Além disso, o aumento do contingente militar e policial nas ruas levou, segundo Beydoun, a um enfoque exagerado de vigilância contra a população e as instituições muçulmanas, acarretando buscas possivelmente arbitrárias sob presunção da prática de radicalização⁸⁵. Ademais, ainda que permitindo medidas claramente restritivas de liberdades individuais, o estado de emergência foi estendido seis vezes pelo Parlamento francês, com apoio político e da opinião pública, período este em que não foram verificadas reações do povo francês, como citado anteriormente.

Com isso, ao analisar a adoção de medidas excepcionais pelo Governo francês no pós-13/11, observou-se que elas foram acompanhadas de discursos de François Hollande, nos quais o então Presidente francês se valeu do processo de securitização para legitimar a adoção, em nome da segurança, de um regime de exceção e garantir consentimento do povo francês. Primeiro, pelo facto de Hollande ter classificado a França sob ameaça existencial iminente do terrorismo jihadista, já que o país havia sofrido vários ataques e por isso um incidente poderia acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento, aumentando assim a percepção da ameaça pelo povo francês.

Junto a isso, também através da fala, o então Presidente francês declarou que a França estava «em guerra» contra o terrorismo e colocou a segurança como uma «condição» para garantir os direitos humanos, os quais, segundo ele, possivelmente possuem relevância especial na França, já que a denominou, em seus discursos, como «terra dos direitos humanos». Quanto à defesa dos direitos humanos – pese embora o «discurso» ou a retórica política sobre aqueles – vale lembrar que o regime de emergência francês do qual foram extraídos inúmeros interrogatórios, apreensões e prisões preventivas atingiu prioritariamente a população muçulmana e «de segunda classe» proveniente dos banlieus, não chegando aos Campos Elísios. Embora o Conselho de Estado tenha censurado tais medidas, ainda assim resta defender a Constituição francesa via uma nova «vontade geral»⁸⁶. Sendo o direito constitucional o direito do Estado significa dizer que ele é um direito que se compõe da institucionalidade e da garantia dos direitos. Tal garantia reflete a proteção dos direitos fundamentais e reafirma sua institucionalidade, papel essencial do executivo em preservar a segurança de toda a população e não de apenas uma parcela. RI

Data de receção: 4 de abril de 2022 | Data de aprovação: 13 de março de 2023

Victor Santos Mendes Analista de informação e risco político na Horizon Intelligence (Hozint). Mestre em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (Ministério da Defesa, Brasil) e bacharel em Relações Internacionais pelo IBMEC-MG.

> Horizon Intelligence, Rue Henri Van Zuylen 36-1180 Bruxelas, Bélgica | victorsantosmendes@gmail.com

Lara Góes Professora do Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (Ministério da Defesa,

Brasil). Doutora em Ciências Sociais e Filosofia. > Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca, Rio de Janeiro, Brasil | lara.costa@esg.br

NOTAS

- 1** ERVINE, Jonathan – «Five years on from the Charlie Hebdo attack, "Je suis Charlie" rings hollow». The Conversation. 2020. Consultado em: 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/five-years-on-from-the-charlie-hebdo-attack-je-suis-charlie-rings-hollow-129151>; PETRIKOWSKI, Nicki Peter – «Charlie Hebdo shooting». Britannica. 2021. Consultado em: 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Charlie-Hebdo-shooting>.
- 2** ERVINE, Jonathan – «Five years on from the Charlie Hebdo attack...».
- 3** PETRIKOWSKI, Nicki Peter – «Charlie Hebdo shooting».
- 4** *Ibidem*.
- 5** BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency». In *Claremont-UC Undergraduate Research Conference on the European Union*. 2017, pp. 13-32; ERVINE, Jonathan – «Five years on from the Charlie Hebdo attack...»; PETRIKOWSKI, Nicki Peter – «Charlie Hebdo shooting».
- 6** BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights: the discursive legitimization strategies of the war on terror in France». In *Critical Studies on Terrorism*. Vol. 10, N.º 3, 2017, pp. 476-500.
- 7** *Ibidem*.
- 8** *Ibidem*.
- 9** BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks: unveiling the war within French counterterrorism policy». In *American University Law Review*. Vol. 65, 2016, pp. 1273-1334.
- 10** BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice: a critique of France's state of emergency regime». In *Security and Human Rights*. Vol. 26, N.º 2-4, 2015, pp. 231-238; ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy: reinforcing French national security to respond ISIS threats in 2014-2016». In *AEGIS: Journal of International Relations*. Vol. 3, N.º 1, 2018, pp. 52-72.
- 11** BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency», pp. 13-32.
- 12** VAUCHEZ, Stéphanie Hennette – «The state of emergency in France: days without end?». In *European Constitutional Law Review*. Vol. 14, N.º 4, 2018, pp. 700-720.
- 13** BOGAIN, Ariane – «Understanding public constructions of counter-terrorism: an analysis of online comments during the state of emergency in France (2015-2017)». In *Critical studies on terrorism*. Vol. 13, N.º 4, 2020, pp. 591-615.
- 14** STAKE, Robert E. – *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: SAGE Publications, 1995.
- 15** Apesar de se conhecer a diferença entre Estado Islâmico do Iraque (EI), Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) e Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) – momentos distintos da história dessa organização terrorista –, para fins de desenvolvimento desse trabalho, o termo «Estado Islâmico (EI)» será utilizado para fazer menção ao grupo em todas essas diferentes fases. Porém, isso não impossibilitará a utilização dos termos «Estado Islâmico do Iraque» (EI), «Estado Islâmico do Iraque e do Levante» (EIIL) e «Estado Islâmico do Iraque e da Síria» (EIS) quando necessário.
- 16** FRASER, Isabelle; HENDERSON, Barney – «Paris shooting: terrorists attack French capital – as it happened on Friday Nov 13». In *The Telegraph*. 2015. Consultado em: 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/world-news/europe/france/11995543/Paris-shooting-terrorists-attack-french-capital-as-it-happened-on-Friday-Nov-13.html>; SLAUGHTER, Graham – «Paris on edge: recent terror attacks in France». CTV News. 2015. Consultado em: 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.ctvnews.ca/world/paris-on-edge-recent-terror-attacks-in-france-1.2657928>.
- 17** BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks...».
- 18** Esse é um acrônimo, utilizado para fazer menção ao EI, que foi elaborado a partir das iniciais de um antigo nome em árabe (al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa al-Sham) dado ao grupo que originou o Estado Islâmico. Cf. IRSNAID, Faisal – «Isis, Isil, IS or Daesh? One group, many names». BBC News. 2015. Consultado em: 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-27994277>.
- 19** STERN, Jessica; BERGER, J. M. – *ISIS: The State of Terror*. Nova Iorque: Harper Collins, 2015; WEISS, Michael; HASSAN, Hassan – *Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror*. São Paulo: Seoman, 2015; FISHMAN, Brian – *The Master Plan*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2016; WRIGHT, Lawrence – *The Terror Years: From al-Qaeda to the Islamic State*. Nova Iorque: Vintage Books, 2016.
- 20** MCCANTS, William Faizi – *The ISIS Apocalypse: The History, Strategy, and Doomsday Vision of the Islamic State*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2015; STERN, Jessica; BERGER, J. M. – *ISIS...;* WEISS, Michael; HASSAN, Hassan – *Estado Islâmico...;* FISHMAN, Brian – *The Master Plan*.
- 21** FISHMAN, Brian – *The Master Plan*.
- 22** WEISS, Michael; HASSAN, Hassan – *Estado Islâmico...;* FISHMAN, Brian – *The Master Plan*.

- 23** WEISS, Michael; HASSAN, Hassan – *Estado Islâmico....*
- 24** ATRAN, Scott; HAMID, Nafees – «Paris: the war ISIS wants». In *The New York Review of Books*. Vol. 16, 2015.
- 25** *Ibidem*.
- 26** «MEMBERS – THE GLOBAL Coalition to Defeat ISIS». U.S. Department of State. 2021. Consultado em: 14 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/the-global-coalition-to-defeat-isis-partners/#eur>; «TIMELINE: THE RISE, spread, and fall of the Islamic State». Wilson Center. 2019. Consultado em: 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>.
- 27** «TIMELINE: THE RISE, spread, and fall of the Islamic State».
- 28** FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas – *Passaporte para o Terror: Os Voluntários do Estado Islâmico*. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.
- 29** *Ibidem*.
- 30** «TIMELINE: THE RISE, spread, and fall of the Islamic State»; INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE (IEP) – «Global Terrorism Index 2016. Measuring and understanding the impact of terrorism». In *IEP Report 43*. 2016.
- 31** FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas – *Passaporte para o Terror....*
- 32** INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE (IEP) – «Global Terrorism Index 2016....».
- 33** FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas – *Passaporte para o Terror....*
- 34** *Ibidem*.
- 35** KEPEL, Gilles – *Terror in France: The Rise of Jihad in the West*. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2017.
- 36** «TIMELINE: THE RISE, spread, and fall of the Islamic State».
- 37** KEPEL, Gilles – *Terror in France....*; ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy....».
- 38** «PARIS ATTACKS: what happened on the night». BBC NEWS. 2015. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34818994>; BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks....».
- 39** «PARIS ATTACKS: what happened on the night».
- 40** *Ibidem*.
- 41** *Ibidem*; BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks....».
- 42** «WHAT HAPPENED at the Bataclan?». BBC NEWS. 2015. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34827497>.
- 43** ATRAN, Scott; HAMID, Nafees – «Paris: the war ISIS wants»; BRISARD, Jean-Charles – «The Paris attacks and the evolving Islamic State threat to France». In *CTC Sentinel*. Vol. 8, N.º 11, 2015, pp. 5-8; SCHERRER, Amandine, ed. – «The return of foreign fighters to EU soil: expert evaluation». European Parliament Research Service. 2018.
- 44** «PARIS ATTACKS: what happened on the night»; «WHAT HAPPENED at the Bataclan?».
- 45** WALT, Vivienne – «ISIS claims responsibility for Paris attacks as arrests are made». In *Time*. 2015. Consultado em: 17 de setembro de 2021. Disponível em: <https://time.com/4112884/paris-attacks-isis-isil-france-francois-hollande/>.
- 46** BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice....»; «PARIS ATTACKS: what happened on the night».
- 47** «[A]n act of war prepared and planned outside, with complicity from within the country» (WALT, Vivienne – «ISIS claims responsibility for Paris attacks as arrests are made»).
- 48** Meses após propor essa medida, a qual gerou muita polêmica e nenhum consenso no cenário político francês, François Hollande desistiu de tentar implementá-la. Veja-se BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks....»; BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights....»; «ABANDON DE LA réforme de la Constitution: une démonstration de l'impuissance du président». In *Le Monde*. 2016. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/police-justice/video/2016/03/30/abandon-de-la-reforme-de-la-constitution-une-demonstration-de-l-impuissance-du-president_4892688_1653578.html.
- 49** BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice....»; ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy....».
- 50** Cf. BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency»; BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice....».
- 51** BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency».
- 52** BOGAIN, Ariane – «Understanding public constructions of counter-terrorism....».
- 53** ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy....»; BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice....».
- 54** BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency», p. 24.
- 55** BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice....».
- 56** *Ibidem*.
- 57** *Ibidem*.
- 58** *Ibidem*.
- 59** ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy....».
- 60** BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks....».
- 61** *Ibidem*.
- 62** *Ibidem*.
- 63** ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy....».
- 64** AMNESTY INTERNATIONAL PUBLICATIONS (AMNESTY INTERNATIONAL) – *Upturned Lives: The Disproportionate Impact of France's State of Emergency*. Londres: Amnesty International, 2016, pp. 24-25.
- 65** BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights....».
- 66** VAUCHEZ, Stéphanie Hennette – «The state of emergency in France....».
- 67** BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency».
- 68** *Ibidem*.
- 69** *Ibidem*.
- 70** BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights....».
- 71** No original: «The desire to enhance security has led to a heightened perception and construction of security threats, covering ever broader fields in a bid to track down existing and potential terrorists» (BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights....», p. 477). Tradução dos autores.
- 72** BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights....».
- 73** *Ibidem*.
- 74** *Ibidem*.
- 75** *Ibidem*.
- 76** *Ibidem*.
- 77** *Ibidem*.
- 78** CRENSHAW, Martha – «O terrorismo visto como um problema de segurança internacional». In *Terrorismo & Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 34.
- 79** No original: «intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects» (BUZAN, Barry; WÆVER, Ole;

WILDE, Jaap de – *Security: A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998, p. 25). Tradução livre dos autores.

80 *Ibidem*.

81 WÆVER, Ole – «Securitization and desecuritization». In *On Security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995, pp. 46-86.

82 BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights...».

83 WÆVER, Ole – «Securitization and desecuritization».

84 BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency».

85 BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks...».

86 ROUSSEAU, Dominique – «O direito constitucional contínuo: instituições, garantias de direitos e utopia». In *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*. Vol. 8, N.º 3, 2016, pp. 261-271.

BIBLIOGRAFIA

«ABANDON DE LA réforme de la Constitution: une démonstration de l'impuissance du président». In *Le Monde*, 2016. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/police-justice/video/2016/03/30/abandon-de-la-reforme-de-la-constitution-une-demonstration-de-l-impuissance-du-president_4892688_1653578.html.

ALTAKWA, Fahri Surya; PERWITA, Anak Agung Banyu – «The implementation of France's national security policy: reinforcing French national security to respond ISIS threats in 2014-2016». In *AEGIS: Journal of International Relations*. Vol. 3, N.º 1, 2018, pp. 52-72.

AMNESTY INTERNATIONAL PUBLICATIONS [AMNESTY INTERNATIONAL] – *Upturned Lives: The Disproportionate Impact of France's State of Emergency*. Londres: Amnesty International, 2016, pp. 24-25.

ATRAN, Scott; HAMID, Nafees – «Paris: the war ISIS wants». In *The New York Review of Books*. Vol. 16, 2015.

BARDIN, Laurence – *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYDOUN, Khaled A. – «Beyond the Paris attacks: unveiling the war within French counterterror policy». In *American University Law Review*. Vol. 65, 2016, pp. 1273-1334.

BOGAIN, Ariane – «Security in the name of human rights: the discursive legitimization strategies of the war on terror in France». In *Critical Studies on Terrorism*. Vol. 10, N.º 3, 2017, pp. 476-500.

BOGAIN, Ariane – «Understanding public constructions of counter-terrorism: an analysis of online comments during the state of emergency in France (2015-2017)». In *Critical studies on terrorism*. Vol. 13, N.º 4, 2020, pp. 591-615.

BOUTIN, Bérénice; PAULUSSEN, Christophe – «From the Bataclan to Nice: a critique of France's state of emergency regime». In *Security and Human Rights*. Vol. 26, N.º 2-4, 2015, pp. 231-238.

BOZINOVIC, Filip G. – «Finding the limits of France's state of emergency». In *Claremont-UC Undergraduate Research Conference on the European Union*. 2017, pp. 13-32.

BRISARD, Jean-Charles – «The Paris attacks and the evolving Islamic State threat to France». In *CTC Sentinel*. Vol. 8, N.º 11, 2015, pp. 5-8.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de – *Security: A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CRENSHAW, Martha – «O terrorismo visto como um problema de segurança internacional». In *Terrorismo & Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

ERVINE, Jonathan – «Five years on from the Charlie Hebdo attack, "Je suis Charlie" rings hollow». The Conversation. 2020. Consultado em: 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/five-years-on-from-the-charlie-hebdo-attack-je-suis-charlie-rings-hollow-129151>.

FISHMAN, Brian – *The Master Plan*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2016.

FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas – *Passaporte para o Terror: Os Voluntários do Estado Islâmico*. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.

FRASER, Isabelle; HENDERSON, Barney – «Paris shooting: terrorists attack French capital – as it happened on Friday Nov 13». In *The Telegraph*. 2015. Consultado em: 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/world-news/europe/france/11995543/Paris-shooting-terrorists-attack-french-capital-as-it-happened-on-Friday-Nov-13.html>.

GARDUÑO GARCÍA, Moisés – «La necropolítica de la Organización del Estado Islámico». In *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*. N.º 117, 2013, pp. 127-152.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE (IEP) – «Global Terrorism Index 2016. Measuring and understanding the impact of terrorism». In *IEP Report 43*. 2016.

IRSHAID, Faisal – «Isis, Isil, IS or Daesh? One group, many names». BBC News. 2015. Consultado em: 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-27994277>.

KEPEL, Gilles – *Terror in France: The Rise of Jihad in the West*. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2017.

MCCANTS, William Faizi – *The ISIS Apocalypse: The History, Strategy, and Doomsday Vision of the Islamic State*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2015.

«MEMBERS – THE GLOBAL Coalition to Defeat ISIS». U.S. Department of State. 2021. Consultado em: 14 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/the-global-coalition-to-defeat-isis-partners/#eur>.

«PARIS ATTACKS: what happened on the night». BBC NEWS. 2015. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34818994>.

PETRIKOWSKI, Nicki Peter – «Charlie Hebdo shooting». Britannica. 2021. Consultado em: 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Charlie-Hebdo-shooting>.

ROUSSEAU, Dominique – «O direito constitucional contínuo: instituições, garantias de direitos e utopia». In *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*. Vol. 8, N.º 3, 2016, pp. 261-271.

SCHERRER, Amandine, ed. – «The return of foreign fighters to EU soil: ex-post evaluation». European Parliament Research Service. 2018.

SLAUGHTER, Graham – «Paris on edge: recent terror attacks in France». CTV News. 2015. Consultado em: 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.ctvnews.ca/world/paris-on-edge-recent-terror-attacks-in-france-1.2657928>.

- STAKE, Robert E. – *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: SAGE Publications, 1995.
- STERN, Jessica; BERGER, J. M. – *ISIS: The State of Terror*. Nova Iorque: Happer Collins, 2015.
- «TIMELINE: THE RISE, spread, and fall of the Islamic State». Wilson Center. 2019. Consultado em: 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>.
- VAUCHEZ, Stéphanie Hennette – «The state of emergency in France: days without end?».
- In *European Constitutional Law Review*. Vol. 14, N.º 4, 2018, pp. 700-720.
- WÆVER, Ole – «Securitization and desecuritization». In *On Security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995, pp. 46-86.
- WALT, Vivienne – «ISIS claims responsibility for Paris attacks as arrests are made». In *Time*. 2015. Consultado em: 17 de setembro de 2021. Disponível em: <https://time.com/4112884/paris-attacks-isis-isil-france-francois-hollande/>.
- WEISS, Michael; HASSAN, Hassan – *Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror*. São Paulo: Seoman, 2015.
- «WHAT HAPPENED at the Bataclan?». BBC NEWS. 2015. Consultado em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34827497>.
- WRIGHT, Lawrence – *The Terror Years: From al-Qaeda to the Islamic State*. Nova Iorque: Vintage Books, 2016.